



EDIÇÃO 223 AGOSTO 2020

DECISÃO

TRE-MG tem
pandemia
como desafio
nas eleições

PÁGINAS 14 A 16

Prevenção à
saúde teve
início com o
Integramagis

PÁGINA 17



Receba informações da Amagis pelo Whatsapp ou Telegram
(31) 99881-4367



Envie-nos uma mensagem solicitando a inclusão na lista



Rua Albita, 194 - Cruzeiro - Belo Horizonte MG CEP 30.310-160

Emendas à reforma para reduzir perdas e retrocesso

WILLIAN DIAS/ALMG



Alberto Diniz contesta pontos da reforma da Previdência na Assembleia Legislativa

O presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, tem mantido uma rotina de diálogo com os três Poderes a fim de impedir perdas e retrocessos para a Magistratura mineira com a reforma da Previdência estadual. Os primeiros resultados dessa interlocução, realizada por meio do Fórum Mineiro das Carreiras Típicas de Estado (Fomcate), foi o adiamento da votação da PEC 55/2020 e do PLC 46/2020 e a elaboração de emendas à proposta oficial, enviadas à Assembleia Legislativa de Minas.

PÁGINAS 3 A 10

Assistência à saúde é debatida

PÁGINA 11



TELEMEDICINA DA AMAGIS SAÚDE TEM
APROVAÇÃO DOS ASSOCIADOS

PÁGINA 28

MOMENTO DECISIVO PARA NOSSA PREVIDÊNCIA

POR ALBERTO DINIZ*

“Estamos prontos para a batalha e não estamos sozinhos, mas unidos a parceiros no Fórum Mineiro de Carreiras Típicas de Estado”

Dirijo-me aos colegas como se falasse, a exemplo do que já estamos fazendo, a cada um dos 77 deputados estaduais no momento em que estão com o desafio de aprovar mudanças na previdência.

Reconhecemos que a tarefa é complexa e que, para ser bem-sucedida com justiça fiscal e social, é preciso ouvir e debater. Antes de tudo, por princípios democráticos e republicanos. Nessas condições, estamos envolvidos numa intensa atuação em defesa de nossos direitos.

Estamos prontos para a batalha e não estamos sozinhos, mas unidos a parceiros no Fórum Mineiro de Carreiras Típicas de Estado, que criamos com o objetivo de valorizar essas carreiras e fortalecer nossa defesa.

Volta e meia, o tema vem nos desafiar, como já aconteceu nas reformas das emendas 20, 41 e 47. Agora, é a estadual trazendo riscos. Somos favoráveis à reforma, desde

que respeitem nossos direitos.

Após muita pressão e interlocução, conseguimos adiar a tramitação e votação da reforma e, agora, o prazo foi prorrogado até 30 de setembro. Tempo importante para que conheçam melhor nossa realidade e demandas.

Participamos de seminário, na Assembleia, quando apresentamos nossas posições e reivindicações pelo aperfeiçoamento nas regras de transição, mudança de regime, pensões e contribuição previdenciária.

Os deputados sabem muito bem que, quando entramos numa carreira, fazemos o planejamento futuro com base nas regras do jogo. E que é inaceitável mudá-las aos 45 minutos do 2º tempo.

Apresentamos emendas de supressão da contribuição extraordinária e de vinculação mínima de contribuição previdenciária ao regime geral da previdência. Buscaremos também alterar a regra de transição, criar incentivo para mudar de regime e um pensionamento mais justo.

Não abriremos mão de situação digna para a Magistratura e outras carreiras. Vamos ampliar a interlocução com os deputados. Cada colega que puder, contribuirá reafirmando junto aos parlamentares de sua região as nossas realidade e demandas. Contamos com apoio e participação de todos. ●

[*] Presidente da Amagis

ÍNDICE



- Deputados formalizam na ALMG emendas do Fomcate **PÁG 03**
- Fomcate elabora emendas à reforma da Previdência **PÁG 04**
- Emendas do Fomcate à PEC 55/2020 e ao PLC 46/2020 **PÁG 06**
- Entrevista: Nazário Nicolau [Reforma da Previdência] **PÁG 08**
- Amagis e TJMG discutem reforma da Previdência **PÁG 09**
- Amagis atua por manutenção de proventos pelo TJMG **PÁG 10**
- Associações debatem assistência à saúde **PÁG 11**
- Amagis apoia manifestação de magistrados na pandemia **PÁG 12**
- Saúde dos eleitores na pandemia é meta do TRE-MG **PÁG 14**
- Integramagis foi pioneiro em ações preventivas de saúde **PÁG 17**

- Dez juízes são convocados para atuar na 2ª Instância **PÁG 18**
- Tribunal Eleitoral e Bombeiros homenageiam Nelson Missias **PÁG 19**
- Corte Eleitoral do TRE-MG recebe novo integrante **PÁG 20**
- A pandemia e a população carcerária em Minas Gerais **PÁG 21**

+SAÚDE!

- Pandemia exige cuidado com idosos **PÁG 27**
- Usuários aprovam uso da teleconsulta do plano **PÁG 28**

PRESIDENTE

Desembargador Alberto Diniz Junior

Vice-presidente Administrativo:

Juiz Luiz Carlos Rezende e Santos

Vice-presidente Financeira:

Juíza Luzia Divina de Paula Peixoto

Vice-presidente de Saúde:

Juíza Rosimere das Graças do Couto

Vice-presidente dos

Aposentados e Pensionistas:

Juíza Marli Maria Braga Andrade

Vice-presidente do Interior:

Juiz Paulo Fernando Naves de Resende

Vice-presidente

Sociocultural-Esportivo:

Juiz Jorge Paulo dos Santos

Diretora-Secretária:

Juíza Ivone Campos Guillarducci Cerqueira

Diretor-Subsecretário:

Juiz Evandro Cangussu Melo

Diretora de Comunicação:

Juíza Cristiana Martins Gualberto Ribeiro



Rua Albita, 194 - Cruzeiro - Belo Horizonte - MG - Telefax: [31] 3079-3499
e-mail: imprensa@amagis.com.br - www.amagis.com.br

Coordenador de Comunicação:

Bruno Gontijo ·
Mtb - MG: 11008

Jornalistas:

Georgia Baçvaroff · Mtb - MG: 08441
Fernanda Marques · Mtb - MG: 12188
Tiago Parrela · Mtb - MG: 14634
Izabela Machado · Mtb - MG: 11210

Projeto Gráfico:

Agência Graffo

Diagramação:

Publicare Design

Pré-impressão/Impressão:

Gráfica e Editora Del Rey

TIRAGEM: 2.300 EXEMPLARES

Deputados formalizam na ALMG emendas do Fomcate

Fórum atua por adesão de parlamentares a mais propostas

TIAGO PARRELA

O presidente da Comissão de Administração Pública da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), deputado João Magalhães (MDB) e a deputada Celise Laviola (MDB) protocolizaram, em julho, emendas do Fórum Mineiro de Carreiras Típicas de Estado (Fomcate) ao projeto de reforma da Previdência do Governo do Estado.

As emendas formalizadas pelo deputado João Magalhães, em 29 de julho, foram discutidas dois dias antes entre o parlamentar e o presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, em reunião na sede da Associação, da qual participaram o presidente do Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita Estadual de Minas Gerais (Sindifisco-MG), Marco Couto dos Santos, e o advogado Nazário Nicolau, especialista em Direito Previdenciário [leia entrevista na página 8].

REPRODUÇÃO



Propostas do Fomcate foram discutidas com o deputado João Magalhães

Das propostas defendidas por João Magalhães, duas são emendas substitutivas referentes às regras de transição para a aposentadoria, apresentadas com o objetivo de que sejam estabelecidas normas que causem menor prejuízo aos servidores públicos, e uma de supressão do au-

mento da taxaçoão da contribuição de aposentados e pensionistas. Essa última já havia sido formalizada, em 6 de julho, pela deputada Celise Laviola (MDB).

O presidente Alberto Diniz saudou o espírito republicano dos deputados, sempre abertos ao diálogo. Alberto Diniz afirmou que o Fomcate

continuará atuando permanentemente para que outros parlamentares apoiem emendas de interesse das carreiras típicas de Estado. Outro avanço importante nas discussões sobre a reforma da Previdência foi o adiamento do prazo final de votação da proposta para 30 de setembro. ●



Fomcate elabora emendas à reforma da Previdência

PEC 55/2020 e PLC 46/2020 tramitam na Assembleia Legislativa

Unidas no Fórum Mineiro das Carreiras Típicas de Estado (Fomcate), a Amagis, a Associação Mineira do Ministério Público (AMMP) e outros parceiros apresentarão à Assembleia Legislativa de Minas Gerais outras emendas à Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 55/2020 e ao Projeto de Lei Complementar (PLC) 46/2020, referentes à reforma da Previdência estadual.

As emendas sugeridas pelo Fomcate tratam de questões dessas carreiras e estão relacionadas a temas como a contribuição extraordinária, aumento da contribuição ordinária dos ativos, aposentados e pensionistas, pensão, regras de transição e benefício financeiro para migração à previdência complementar *[saiba mais nas páginas 6 e 7]*.

Conforme informou o presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, em comunicado aos associados, as emendas propostas pelo Fomcate têm sido discutidas diariamente com os parlamentares. Na primeira semana de julho, em conversa com o deputado Cássio Soares [PSD], relator da reforma da previdência na Assembleia, que externou ao presidente Alberto Diniz a preocupação com a necessidade do debate e avaliação de ponto a ponto das propostas.

O presidente Alberto Diniz discutiu as emendas que serão apresentadas aos parlamentares na Assembleia Legislativa, nos dias 27 e 29 de julho, respectivamente com os deputados João Magalhães [MDB], presidente da Comissão de Administração Pública da ALMG, e o deputado Cás-



Reunião com o deputado Cássio Soares, relator da PEC 55/2020 [reforma da Previdência]

sio Soares, relator da PEC 55/2020. No dia 29 de julho, o deputado João Magalhães formalizou três emendas do Fomcate na Assembleia *[leia mais na página 3]*.

No encontro com o presidente da Amagis, do qual também participou o presidente da AMMP, Enéias Xavier Gomes, e a vice-presidente da entidade, Larissa Amaral, o deputado Cássio Soares comentou as contribuições do Fórum para os debates referentes à reforma da Previdência. "Recebi hoje diversas sugestões e solicitações muito enfáticas que enriqueceram o nosso trabalho na relatoria da reforma da previdência", afirmou.

ADIAMENTO

Entre as mudanças ocorridas, a partir da interlocução com os parlamentares na ALMG, está o adiamento da votação da reforma da Previdência estadual para este mês. Em seguida, por-

taria federal concedeu prazo até o dia 30 de setembro. "Saudamos a medida por atender às nossas demandas, permitindo que a realidade da Magistratura e das carreiras típicas de Estado seja melhor conhecida bem como as emendas que apresentaremos. O objetivo é evitar prejuízos às garantias consolidadas na carreira", afirmou Alberto Diniz.

O presidente da Amagis

ressaltou ainda a conquista do desmembramento das propostas e exclusão de corte de direitos e benefícios administrativos retirados da pauta legislativa, como avanços obtidos a partir do diálogo com os deputados. A reforma da Previdência também foi tema de reuniões por videoconferência realizadas, respectivamente, com a diretoria executiva da Amagis, com



Alberto Diniz, Igor Eto [secretário de Governo] e Enéias Xavier

aposentados e pensionistas *(leia mais na página 10)*, em 14 de julho, e três dias depois com magistrados da ativa, que deverão ocorrer com maior frequência durante o processo.

A interlocução com os parlamentares tem sido intensificada. No dia 13 de julho, o desembargador Alberto Diniz e o promotor Enéias Xavier [AMMP] reuniram-se com os deputados estaduais João Vítor Xavier [Cidadania], Inácio Franco [PV], Antônio Arantes [PSDB] e Tadeu Martins Leite [MDB], para debater os pontos da reforma sensíveis à Magistratura e das outras carreiras.

No dia 14 de julho, Alberto Diniz, Eneias Xavier e Marco Antônio Couto, presidente do Sindifisco-MG, reuniram-se por videoconferência com os deputados Agostinho Patrus [PV], presidente da ALMG, e João Magalhães [MDB], para dar continuidade às discussões sobre as emendas à reforma da Previdência estadual. “Tratamos com o presidente Agostinho Patrus e com o deputado João Magalhães os pontos que consideramos cruciais para a carreira da Magistratura na reforma. O presidente da Assembleia bem como o deputado João Magalhães estão atentos às nossas preocupações e se mostraram favoráveis às nossas demandas”, disse o presidente da Amagis.

SEMINÁRIO

Como parte das ações em favor das proposições da classe à PEC 55/2020 e ao PLC 46/2020, o presidente Alberto Diniz participou, no dia 15 de julho, do Seminário Reforma da Previdência de Minas Gerais, promovido pela ALMG.

Em sua intervenção, Alberto Diniz disse que a Amagis defende o diálogo e que os magistrados mineiros consideram a reforma da Previdência necessária, mas entendem que os projetos apresentados devem respeitar os direitos dos servidores de Minas Gerais. “Temos aqui na proposta da PEC 55 e do PLC 46, da reforma administrativa, situações que nos atingem de forma frontal”, afirmou.

“É justo isso? É justo um cidadão que buscou um concurso público, na meritocracia, e de repente se encontra abandonado pelo Estado?”

Alberto Diniz, presidente da Amagis

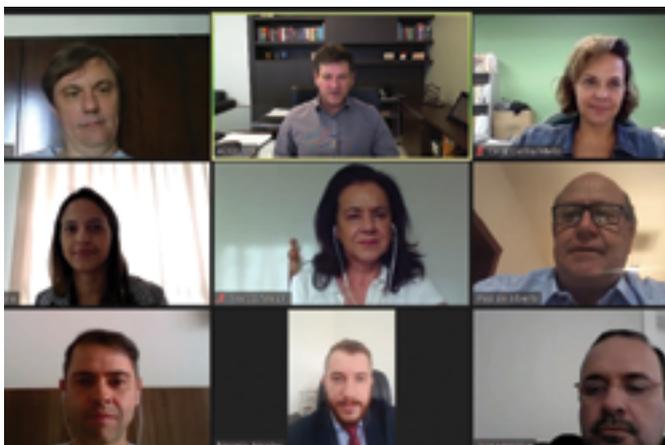
Entre as mudanças consideradas prejudiciais à classe, o presidente da Amagis apontou a regra de transição. “O colega que está próximo de se aposentar se vê obrigado a trabalhar mais 5 ou 6 anos para completar esse pedágio, ou seja, no segundo tempo, aos 45 minutos, quando o cidadão já está ‘aposentando a caneta’, encontra a obrigatoriedade de um pedágio que achamos surreal. Apresentamos, portanto, emenda a esse respeito para que possamos alterar esse pedágio”, disse.

Alberto Diniz criticou também as regras de migração à previdência complementar e a mudança na pensão por morte, cujos valores poderiam cair 57%. “É justo isso? É justo um cidadão que buscou um concurso público, na meritocracia, e, de repente, se encontra abandonado pelo Estado?”, contestou. Ao concluir, o presidente da Amagis reafirmou a disposição para o diálogo e sua crença no Parlamento mineiro.●

FOTOS: REPRODUÇÃO



Reunião da diretoria da Amagis



Videoconferência do Fomcate



Debate com Agostinho Patrus, João Magalhães e parceiros



Reunião com deputados estaduais

Emendas do Fomcate à PEC 55/2020 e ao PLC 46/2020

Propostas serão apresentadas à Assembleia Legislativa

EMENDAS FOMCATE AO SUBSTITUTIVO Nº 1 DA PEC 55/2020		
EMENDA	OBJETO	FINALIDADE
Emenda n. 01 à PEC 55/2020 [Emenda supressiva]	Supressão dos p. 18, p. 18-A e p. 18-C do artigo 36 da CE com a redação proposta pelo artigo 2º do 1º substitutivo da PEC	<ul style="list-style-type: none"> ● supressão da contribuição extraordinária, do aumento da contribuição ordinária dos aposentados e pensionistas e da previsão de progressividade na Constituição; ● a proposta visa corrigir inconstitucionalidade do texto, ao prever incidência de contribuição ordinária para aposentados e pensionistas acima do valor de um salário mínimo, violando imunidade tributária prevista na CF, artigo 40, p. 18. ● visa corrigir, também a tentativa de instituir contribuições extraordinárias e a progressividade das alíquotas, que violam o princípio do não confisco e transferem para os servidores públicos toda a responsabilidade pelo déficit atuarial do Estado.
Emenda n. 02 à PEC 55/2020 [Emenda supressiva]	Suprime o p. 4 do artigo 144 da CE com a redação dada pelo artigo 4º do Substitutivo n. 1 da PEC 55/2020	<ul style="list-style-type: none"> ● a proposta de emenda visa suprimir a autorização constitucional de vinculação mínima de contribuição previdenciária ao RGPS ● a redação proposta pelo Poder Executivo é inconstitucional, uma vez que fere a autonomia do Estado de MG de fixar suas alíquotas, fere o princípio do equilíbrio financeiro e atuarial [segundo o qual cabe ao ente federado, com base em avaliação financeira atuarial própria, definir, por meio de legislação própria, a alíquota de seu regime próprio]
Emenda n. 03 à PEC 55/2020 [Emenda modificativa com acréscimo]	Dá ao artigo 147, acrescido pelo artigo 5º do 1º Substitutivo da PEC 55/2020 nova redação, acrescida do p. 4º.	<ul style="list-style-type: none"> ● a emenda propõe alteração da regra de transição, alterando o pedágio para 40% do período que faltar para se aposentar; ● busca evitar inconstitucionalidade do poder constituinte decorrente e evitar pedágio desarrazoado e desproporcional a outros índices de pedágio anteriormente existentes em normas de direito previdenciário e demais índices previstos no ordenamento jurídico como um todo.
Emenda n. 04 à PEC 55/2020 [Emenda modificativa]	Dá nova redação ao artigo 146 do Substitutivo n.1 à PEC 55/2020	<ul style="list-style-type: none"> ● a emenda visa corrigir a desproporção da regra de pontos prevista para regra de transição, já que a PEC estabeleceu um sistema praticamente inatingível, pois toda vez que o servidor público se aproximar da regra, a pontuação torna-se mais exigente
Emenda n. 05 à PEC 55/2020 [Emenda modificativa e aditiva]	Dá nova redação ao p. 27 do artigo 36 com a redação proposta pelo artigo 2º do Substitutivo n.1 à PEC 55/2020 e acrescenta o p. 30 ao artigo 36 com a redação dada pelo artigo 2º do Substitutivo n. 01 à PEC 55/2020	<ul style="list-style-type: none"> ● a emenda prevê, em âmbito constitucional, a obrigação de o Estado estabelecer em lei complementar mecanismo de incentivo financeiro ou contributivo para os que optarem pela migração para o regime de previdência complementar, como ocorreu no âmbito da União, para melhor equacionar o equilíbrio financeiro e atuarial, bem como evitar enriquecimento ilícito
Emenda n. 06 à PEC 55/2020 [Emenda supressiva] *exclusiva para carreiras da Magistratura e do Ministério Público	Suprime a alteração do inciso VIII do artigo 98 e do parágrafo único do artigo 126, ambos da CE, com a redação proposta pelo artigo 3º do Substitutivo n. 1 à PEC 55/2020	<ul style="list-style-type: none"> ● a emenda ora proposta visa corrigir tentativa da PEC de reduzir a competência e prerrogativa da Magistratura e do Ministério Público de tratar sobre ato de remoção, disponibilidade e aposentadoria por interesse público; ● a proposta encaminhada pelo Poder Executivo constitui tentativa de fragilização do livre exercício da Magistratura e do Ministério Público

EMENDAS FOMCATE AO SUBSTITUTIVO Nº 1 DO PLC 46/2020

EMENDA	OBJETO	FINALIDADE
Emenda n. 01 ao PLC n. 46/2020 [Emenda Aditiva]	Acrescenta o artigo 30-A ao Substitutivo n. 1 ao PLC n. 46/2020, que acrescenta o artigo 31-A à LC 132 de 2014	<ul style="list-style-type: none"> ● Institui incentivo à migração para a previdência complementar, mediante implementação do benefício especial; ● o benefício especial foi inspirado no regime de previdência complementar da União, implementado com sucesso; ● o regime complementar reduzirá o gasto de pessoal do Estado com inativos e ativos a longo prazo e a proposta de emenda viabiliza efetivo incentivo, ao mesmo tempo em que evita o enriquecimento ilícito do Estado
Emenda n. 01-A ao PLC n. 46/2020 [Emenda Aditiva]	Acrescenta o artigo 30-A ao Substitutivo n. 01 do PLC n. 46/2020, que acrescenta o artigo 31-A à LC 132 de 2014	<ul style="list-style-type: none"> ● Institui incentivo à migração para a previdência complementar, mediante sistema de ressarcimento; ● o sistema consiste em ressarcimento das contribuições, cota patronal e do servidor, vertidas ao RPPS acima do teto do RGPS. O valor apurado, pertencente ao servidor, passa a ser aportado pelo Tesouro Estadual, em parcelas, a título de contribuição facultativa do servidor participante do Prevcom-MG ● o regime complementar reduzirá o gasto de pessoal do Estado com inativos e ativos a longo prazo e a proposta de emenda viabiliza efetivo incentivo, e ao mesmo tempo, evita o enriquecimento ilícito do Estado
Emenda n. 02 ao PLC n. 46/2020 [Emenda modificativa]	Modifica a redação do artigo 28 da LC 64/2002, modificado pelo artigo 17 do Substitutivo n. 01 ao PLC n. 46/2020	<ul style="list-style-type: none"> ● Modifica a alíquota da contribuição previdenciária ordinária para 14% [ativos, inativos e pensionistas]
Emenda n. 03 ao PLC n. 46/2020 [Emenda supressiva]	Suprime os artigos 5º, 6º, e 14º propostos pelo Substitutivo n. 01 da PEC 55/2020	<ul style="list-style-type: none"> ● A emenda mantém as regras atualmente vigentes para pensão por morte, para garantir um mínimo existencial ao núcleo familiar; ● a redução e a temporariedade do benefício da pensão por morte, como previstas no substitutivo, desconsideram o quanto o servidor contribuiu e trabalhou para que seus dependentes possam receber uma pensão por morte que lhes garanta um mínimo existencial

Obs.: Emendas originais do Fomcate que estão sendo debatidas com os deputados.

Sinal vermelho
contra a
violência
doméstica

Juiza Cristiana
Martins Gualberto

AMB
Associação dos
Magistrados
Brasileiros

AMAGIS
Associação
Magistrados
Brasileiros



ARQUIVO PESSOAL

Reforma da Previdência

Nazário Nicolau

Nas discussões sobre a reforma da Previdência estadual, em tramitação na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, o Fórum Mineiro das Carreiras Típicas de Estado (Fomcate) conta com a consultoria do advogado Nazário Nicolau Faria, especialista em Direito Previdenciário, que em entrevista à Comunicação da Amagis esclareceu pontos da proposta do Governo e apontou inconstitucionalidades.

Qual é a proposta de contribuição previdenciária para os magistrados da ativa e aposentados?

Todos os servidores, sejam eles ativos e inativos, estão sendo atingidos pela reforma de Previdência do Estado. Com relação à contribuição previdenciária ordinária, a que todos pagam 11% [hoje], há uma proposta de progressividade mais prejudicial do que a da própria União, pois o ponto de partida proposto pelo Estado é de 13%. Ele passa a ter alíquota mínima maior do que a exigida e vai até 19%. A faixa salarial em que se aplicam as duas menores alíquotas, entre 13% e 14%, vai até R\$ 4 mil. Já as outras duas com o lastro maior, entre 16% e 19%. Na prática para os magistrados, vamos ter uma alíquota média de 18,7%.

A adoção dessa alíquota pode ter o caráter confiscatório?

Nós temos o entendimento, inclusive com decisões do próprio STF, de que alíquotas progressivas no serviço público têm o caráter confiscatório por vários motivos, dentre os quais a compreensão de que, na soma da carga tributária direta com a indireta, há um confisco demasiado aos magistrados. Inclusive, em razão disso, temos decisões pela inconstitucionalidade da progressividade.

Qual seria a alternativa a essa proposta?

A ideia aqui é implementar uma alíquota, pelo menos na posição da Magistratura, isonômica. Isso por um motivo muito simples: o benefício previdenciário decorre da contraprestatividade daquele seguro. Então não é minimamente razoável que um servidor pague mais para ter um benefício menor do que outro servidor. Nesse caso, a quebra da isonomia é uma situação que precisa ser corrigida ou na Assembleia Legislativa ou na Justiça. No momento, a avaliação feita a partir das conversas com os parlamentares é de uma tendência à adoção de uma alíquota progressiva menos prejudicial aos servidores.

Quais seriam as alternativas para a contribuição previdenciária?

A leitura que fazemos sobre o interesse dos deputados

nesse tema é de que nós não temos correlação de forças no momento para implementar uma alíquota única. Nas conversas que estamos tendo nos bastidores, é uma alíquota progressiva que eles devem apresentar, mas com uma menor agressividade e prejuízo aos servidores.

Como seria aplicada a cobrança extraordinária?

A primeira proposta é alterar a isenção tributária para aposentados e pensionistas, que atualmente só pagam a previdência a partir de R\$ 6.101,00. Com a mudança, a contribuição previdenciária também será cobrada a partir do salário mínimo. E se esses valores forem insuficientes, e por óbvio eles são, o Estado irá fazer uma análise, cuja projeção do déficit é para os próximos 20 anos, e os próprios servidores pagarão a dívida a partir do que está sendo chamado de contribuição extraordinária. E a lei sequer estabelece um limite percentual para essa cobrança.

Como o senhor avalia a proposta de migração para a previdência complementar?

Há um grande defeito na proposta de migração para a previdência complementar apresentada pelo Governo, pois não há nenhum incentivo para essa mudança. O servidor pode fazer a migração para esse sistema, mas o fundo individual dele vai partir de zero, mesmo que ele já tenha 20 anos de contribuição para a previdência social do Estado. Vejo essa situação como confisco tributário.

E a pensão por morte?

O primeiro problema é o fato de o Governo tratar de maneira diferenciada servidor ativo e inativo. O servidor ativo terá como base de cálculo a metodologia da aposentadoria por invalidez. Por exemplo, para aqueles que tiverem até 20 anos de contribuição a base de cálculo será de 60%. E mais do que isso, vai deixar de ser garantido ao dependente 100% da base de cálculo, atribuindo só 50% de garantia da chamada cota familiar e 10% por dependente. A pensão do inativo trabalha com a base da aposentadoria em si, mas a divisão de quota de 60% mais 10%. ●

Amagis e TJMG discutem reforma da Previdência

Presidentes defendem alterações no projeto enviado à ALMG

Em sua primeira reunião após a posse da nova diretoria do Tribunal, os presidentes da Amagis, desembargador Alberto Diniz, e do TJMG, desembargador Gilson Soares Lemes, da qual participaram diretores da Associação, conversaram sobre a reforma da Previdência estadual em tramitação na Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

O presidente Alberto Diniz, que tem se reunido com parlamentares e membros do Fórum Mineiro das Carreiras Típicas de Estado (Fomcate), destacou a importância da interlocução entre os Poderes para que sejam mantidas condições dignas para a Magistratura na reforma da Previdência. Na ocasião, o presidente da Associação reiterou os votos para que o desembargador Gilson Lemes e toda a sua diretoria tenham uma gestão exitosa à frente do Tribunal.

Segundo o presidente do TJMG, foram enviados ao presidente da ALMG, deputado Agostinho Patrus, pedidos de alteração do projeto encaminhado

TIAGO PARRELA



Dirigentes discutiram os impactos da reforma da Previdência estadual

pelo Executivo, considerados estratégicos, a fim de impedir perdas para magistrados e servidores. O presidente Gilson Lemes reafirmou a importância do diálogo com a Associação.

Participaram da reunião a vice-presidente Financeira da Associação, juíza Luzia Peixôto; a vice-presidente de Saúde, juíza Rosimere Couto; a vice-presidente de Aposentados e Pensionistas,

juíza Marli Braga; o vice-presidente Sociocultural-Esportivo, juiz Jorge Paulo dos Santos, a diretora-secretária, juíza Ivone Guillarducci. O corregedor-geral de Justiça, desembargador Agostinho Gomes de Azevedo, o superintendente administrativo adjunto, desembargador José Arthur de Carvalho, e os juízes auxiliares, Cássio Fontenelle e Carlos Márcio também participaram da reunião. ●

11 DE AGOSTO DIA DO MAGISTRADO

Uma homenagem da Amagis aos
homens e às mulheres que
promovem a Justiça e a paz social



facebook.com/amagis



twitter.com/amagisMG



instagram.com/amagismg



Amagis atua por manutenção de proventos pelo TJMG

Associação defende direito de aposentados e pensionistas na AL

Em reunião com magistrados aposentados, o presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, afirmou que a Associação atuará firmemente na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) pela supressão do item IV do artigo 37 do Projeto de Lei Complementar (PLC) 46/2020. A proposta oficial prevê a transferência do pagamento dos benefícios dos magistrados aposentados para a autarquia Minas Gerais Previdência dos Servidores Públicos Civis do Estado (MGPrev), a ser criada com a reforma da previdência.

“É uma proposta com a qual não vamos concordar. Vamos brigar muito contra essa mudança”, disse o presidente Alberto Diniz sobre a proposta de migração dos benefícios dos magistrados aposentados e criticou ainda o fato de que, caso aprovada, a mudança fere a autonomia financeira

REPRODUÇÃO



Videoconferência com magistrados aposentados

e administrativa do TJMG.

Na avaliação da vice-presidente de Aposentados e Pensionistas da Amagis, juíza Marli Maria Braga Andrade, a supressão do item IV do artigo 37 do PLC 46/2020 é necessária por também ferir a Constituição e compro-

meter a paridade entre magistrados da ativa e aposentados. “Aposentados e pensionistas já contribuíram satisfatoriamente para recebimento dos proventos tal como definidos na Constituição da República e na legislação”, ressaltou a magistrada.●



facebook.com/amagis



twitter.com/amagismg



instagram.com/amagismg



Associações debatem assistência à saúde

Presidente Alberto Diniz participou da reunião da AMB

O presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, participou da 3ª Reunião da Coordenadoria da Justiça Estadual da AMB realizada por videoconferência, no dia 20 de julho, quando foram discutidas estratégias para a regulamentação do programa de assistência à saúde suplementar para magistrados e servidores do Poder Judiciário, com base na Resolução 294, de 2019, do Conselho Nacional de Justiça [CNJ].

A preocupação com a saúde dos magistrados também foi tema da discussão

sobre a retomada dos trabalhos durante a pandemia do coronavírus [Covid-19]. Além das medidas preventivas já adotadas, os representantes das Associações discutiram quais as melhores iniciativas para ampliar a proteção e preservar a saúde da Magistratura.

Ainda como desdobramento da pandemia, os membros da coordenadoria debateram a regulamentação do teletrabalho. A AMB promoverá uma consulta sobre o tema e, a partir da consolidação dos dados obtidos, encaminhará sugestões ao CNJ, que está

AMB



Debate da Coordenadoria de Justiça Estadual da AMB

elaborando uma minuta de resolução sobre essa modalidade de trabalho.

Outro tema abordado na reunião foi a democratização do Judiciário. Os diri-

gentes associativos avaliaram as possibilidades de avanço na participação da Magistratura a partir da decisão do STF garantindo a autonomia administra-

tiva dos Tribunais para a realização de eleições para os cargos diretivos das instituições.●

*Com informações da AMB

Amagis reafirma atuação no Órgão Especial

Desembargadores tomaram posse no colegiado

O presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, participou, no dia 8 de julho, da primeira sessão do Órgão Especial do TJMG presidida pelo novo presidente do Tribunal, desembargador Gilson Soares Lemes, reafirmando a parceria institucional que permite a defesa e valorização dos magistrados no colegiado.

Na ocasião, os novos dirigentes do TJMG assumiram suas funções, e os desembargadores eleitos pelo Tribunal Pleno passaram

a integrar o colegiado por dois anos. Foram empossados os desembargadores Sérgio André da Fonseca Xavier, Wanderley Paiva, Maurício Torres Soares, Corrêa Júnior, Amauri Pinto Ferreira e Júlio Cezar Gutierrez. O desembargador Carlos Roberto de Faria não pôde comparecer à sessão e tomará posse no gabinete da presidência.

Ainda na sessão, os membros do Órgão Especial aprovaram a indicação do desembargador Peixoto Henriques para o Conselho

IZABELA MACHADO



Alberto Diniz e Gilson Lemes

da Magistratura e a solicitação do ministro Dias Toffoli, presidente do STF, para que o juiz Paulo Cezar Mourão Al-

meida atue por um ano como juiz auxiliar no gabinete da ministra Cármen Lúcia, também do STF.●

Amagis apoia manifestação de magistrados na pandemia

Alberto Diniz defendeu a realização de audiências telepresenciais

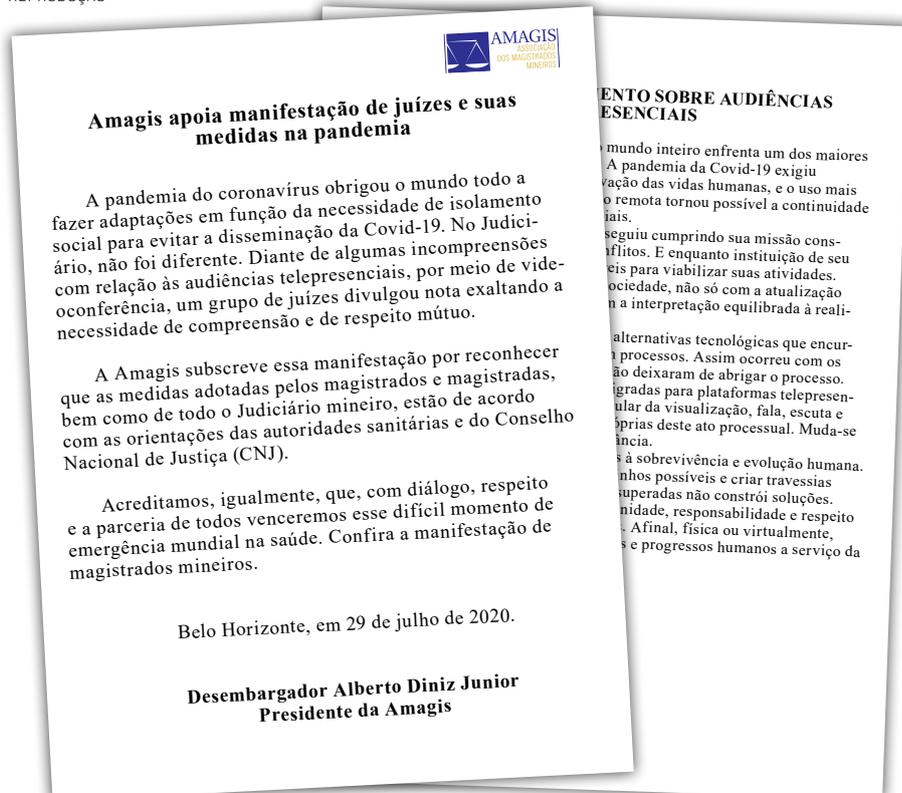
REPRODUÇÃO

O presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, manifestou, no dia 29 de julho, o apoio da Associação a um grupo de 63 juízes mineiros que em reação a incompreensões sobre as audiências telepresenciais, realizadas por meio de videoconferência, divulgou nota de esclarecimento sobre a importância de se compreender o momento, marcado pela pandemia do coronavírus (Covid-19), e da necessidade do respeito mútuo.

Alberto Diniz observou que a pandemia obrigou o mundo todo a se adaptar em função do isolamento social, medida adotada para reduzir a transmissão do Covid-19, e ressaltou que essas adequações também foram um imperativo ao Judiciário.

“A Amagis subscreve essa manifestação por reconhecer que as medidas adotadas pelos magistrados e magistradas, bem como de todo o Judiciário mineiro, estão de acordo com as orientações das autoridades sanitárias e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)”, afirmou Alberto Diniz em nota da Associação. O presidente da Amagis também afirmou que, com diálogo, respeito e a parceria de todos, será possível superar esse difícil momento de emergência mundial na saúde.

No texto divulgado pelo grupo de juízes, eles esclarecem que o Judiciário brasileiro, mesmo nesse momento de dificuldade, prosseguiu cumprindo sua missão constitucional de aplicar a lei e pacificar conflitos. Os magistrados também destacaram a importância do uso de mais das tecnologias de

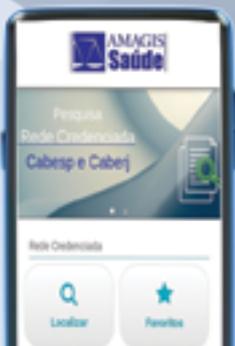


Notas da Amagis e de magistrados mineiros

comunicação para a continuidade de atividades tradicionalmente presenciais, e que o Poder Judiciário, enquanto instituição de seu tempo, faz uso das tecnologias disponíveis para cumprir sua missão de pacificação social.

“Adaptações são desafios inarredáveis à sobrevivência e evolução humana. E se impõe à inteligência enxergar os caminhos possíveis e criar traves-

sias seguras. Paralisar-se em torno de práticas superadas não constrói soluções. Por isso, confiamos que prevalecerão a serenidade, responsabilidade e respeito mútuo, neste período de intensas mudanças. Afinal, física ou virtualmente, nosso compromisso é colocar as habilidades e progressos humanos a serviço da justiça e pela paz”, afirmam os magistrados na nota. ●



APLICATIVO AMAGIS SAÚDE

- ✓ Consulta à rede credenciada
- ✓ Carteira virtual do plano
- ✓ Consulta do histórico de utilização (pagamentos)
- ✓ Download do demonstrativo para IRPF
- ✓ Espaço para armazenamento de prescrições (receitas e exames)
- ✓ Notícias

Login e senha para acesso ao aplicativo são os mesmos do site da AmagisSaude

DISPONÍVEL NO Google Play

Baixar na App Store



ATUAMOS EM TODOS OS PROCESSOS DO LEILÃO



PRÉ LEILÃO

Levantamento fotográfico, de documentação e georreferenciamento de imóveis rurais.



AVALIAÇÃO

Com aplicação da metodologia do Conselho Federal de Corretores de Imóveis (CONFECI) e normas da ABNT.



EDITAL

Confecção de editais de fácil compreensão e publicação.



INTIMAÇÃO

Providenciamos a intimação das partes, co-proprietários e credores com o objetivo de evitar qualquer nulidade.



MÍDIAS

Divulgação em jornais de ampla circulação, rádio, tv, redes sociais (Youtube, Facebook, Instagram), sites próprios, sites de venda, telemarketing, e-mail...



PUBLICIDADE

Personalização do plano de Marketing e análise de público alvo. Usando as características do item como influenciadora da venda.



REALIZAÇÃO

Com sistema e plataforma exclusiva para realização de leilões eletrônicos, disponibilizamos também auditório para realização de leilões simultâneos.



GUIA DE DEPÓSITO JUDICIAL

Confecção e acompanhamento do pagamento da guia de depósito judicial mesmo em casos de parcelamento.



PÓS LEILÃO:

Fechamento do leilão com entrega de relatório detalhado ao comitente e amplo suporte aos arrematantes.



Leiloeiros devidamente cadastrados
no sistema AJG
Resolução 882/2018 artigo 18
(indicação direta)



fernandoleiloeiro.com.br



jonasleiloeiro.com.br



lucasleiloeiro.com.br

Contrate nossos serviços:

www.mgl.com.br | 37 3242-2218 | 37 99827-5613 | leiloesmg@leiloesmg.com.br



GRUPO CRÉDITO

Administração judicial com atuação
em diversas comarcas:

Jacutinga/MG

Carmo do Cajuru/MG

Muzambinho/MG

Pirapora/MG

Passa Quatro/MG

dentre outras...

Saúde dos eleitores na pandemia é meta do TRE-MG

Tribunal adotará medidas sanitárias durante as eleições

MARRI NOGUEIRA/AGÊNCIA SENADO



Zonas eleitorais recebem centenas de cidadãos durante os dias de votação

POR IZABELA MACHADO

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Luís Roberto Barroso, garantiu que as eleições municipais deste ano, marcadas para o mês de novembro, serão seguras, apesar da pandemia da covid-19. Em videoconferência realizada no “1º Congresso Digital Covid-19 – Repercussões Jurídicas e Sociais da Pandemia”, promovido pela Ordem dos Advogados do Brasil no dia 27 de julho, Barroso afirmou que as parcerias feitas com instituições de saúde do Brasil vão permitir a realização do pleito sem riscos graves para a população.

O Tribunal Superior conta com a consultoria sanitária gratuita de médicos da Fundação Oswaldo Cruz e dos hospitais Sírio Libanês e Albert Einstein, de São Paulo, que pretendem estabelecer um protocolo de segurança para ser replicado em todas as seções eleitorais do Brasil. O TSE também já firmou parceria com empresas privadas e instituições, que vão doar máscaras e álcool em gel a serem disponibilizados nas seções elei-

torais de todos os municípios brasileiros.

“Temos essa situação, que caiu no meu colo, que é a necessidade de fazer uma eleição em um momento em que a pandemia não estará inteiramente controlada. Mas o TSE conversou com médicos, infectologistas, sanitaristas etc. e estamos preparados. Também tratamos com o Congresso o adiamento das eleições por algumas semanas, uma prova de que é possível encontrar soluções quando todos pensam juntos”, disse Barroso.

No dia 2 de julho, o Congresso Nacional promulgou a Emenda Constitucional nº 107/2020, que alterou diversas datas e prazos do calendário eleitoral deste ano, como os dias de realização do pleito. A votação do primeiro turno, antes realizada em outubro, será no dia 15 de novembro, e o segundo turno, no dia 29 de novembro.

Além disso, o início do período de campanha para o primeiro turno foi marcado para 27 de setembro. Cada tipo de propaganda eleitoral (comício, distribuição de material gráfico, uso de amplificadores de som etc.) tem uma

data limite para realização, que pode ser consultada no site do TRE. O horário eleitoral gratuito no rádio e na televisão será transmitido de 9 de outubro a 12 de novembro. As datas relacionadas à propaganda no segundo turno ainda serão atualizadas pelo TSE.

SEGURANÇA

Em Minas Gerais, 15,8 milhões de eleitores estão aptos a votar este ano para os cargos de prefeito e vereador nos 853 municípios mineiros. O Tribunal Regional Eleitoral do estado, sob a presidência do desembargador Alexandre Victor de Carvalho, trabalha para garantir a segurança de eleitores, magistrados, servidores e colaboradores no dia do pleito. Segundo o presidente do TRE-MG, a Corte Eleitoral está tomando todas as medidas necessárias para evitar contaminações pelo novo coronavírus. “Aceitamos o desafio passado pelo presidente do TSE, ministro Luís Roberto Barroso, e estamos adotando todas as ações possíveis para barrar o contágio. Temos uma equipe muito coesa e com-

petente, apta a realizar eleições seguras, eficientes e confiáveis. Por isso, espero que o eleitor se imbua da consciência de que precisa estar presente para que esta eleição tenha a maior quantidade possível de cidadãos votando”, afirmou Alexandre Victor de Carvalho.

O TRE-MG já iniciou estudos a respeito dos equipamentos de proteção que serão necessários e dos protocolos a serem adotados em todas as etapas de organização e realização das eleições municipais, mas aguarda as orientações do TSE para definir que medidas complementares serão adotadas localmente.

O presidente do TRE-MG anunciou a criação de um gabinete de segurança institucional composto por Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, Polícia Federal, Ministério Público e Secretaria Estadual de Segurança Pública, que atuará em conjunto para garantir o cumprimento das normas de segurança sanitária, como uso de máscaras e álcool em gel e o respeito às regras de distanciamento social. “Como as eleições municipais são mais complicadas, as forças de segurança estarão em um rígido monitoramento para evitar aglomerações e outras situações semelhantes fora das seções eleitorais. Peço, portanto, ao cidadão muita consciência no dia da votação, com a adoção de todas as medidas de prevenção à covid-19. O correto é que o eleitor vote e volte rapidamente para casa, para que as eleições não sejam vetores de contaminação”, destacou Alexandre Victor de Carvalho.

BIOMETRIA

Em função da pandemia, a identificação biométrica nas eleições de 2020 ano foi vetada pelo presidente do TSE. Neste ano, 119,7 milhões de

VALTER CAMPANATO/AGÊNCIA BRASIL



Distanciamento nas filas de votação poderá ser obrigatório

eleitores estariam aptos a votar pelo sistema de biometria em todo o país. O ministro Luís Roberto Barroso decidiu seguir a recomendação dos médicos infectologistas que prestam a consultoria sanitária para as eleições municipais.

Para decidir excluir a biometria, médicos e técnicos consideraram dois fatores: a identificação pela digital pode aumentar as possibilidades de infecção, já que o leitor não pode ser higienizado com frequência, e o aumento das aglomerações, uma vez que a votação com biometria é mais demorada do que a votação com assinatura no caderno de votações. Além disso, muitos eleitores têm dificuldade com a leitura das digitais, o que aumenta o risco de formar filas.

CAPACITAÇÃO

Os juízes das 304 zonas eleitorais mineiras têm se preparado para o pleito participando de cursos e oficinas na modalidade EaD (ensino a distância) sobre temas como ações cívicas eleitorais, registro de candidaturas, inelegibilidades, propaganda eleitoral, prestação de contas e aspectos administrativos da condução das eleições. De acordo com o TRE-MG, haviam sido previstas oficinas presenciais para a discussão de casos e simulação de situações, mas, devido à pandemia do novo coronavírus, todas estão sendo adaptadas para o ambiente virtual. “Essa é uma situação atípica pela qual estamos passando. Por isso, temos aproveitado as plataformas de ensino a distância para dar cursos a magistrados e servidores enquanto não podemos oferecer os cursos presenciais”, afir-

NEILSON JR. SCO/STF



“Temos essa situação, que caiu no meu colo, que é a necessidade de fazer uma eleição em um momento em que a pandemia não estará inteiramente controlada. Mas o TSE conversou com médicos, infectologistas, sanitaristas etc. e estamos preparados. Também tratamos com o Congresso o adiamento das eleições por algumas semanas, uma prova de que é possível encontrar soluções quando todos pensam juntos”

Ministro Barroso,
presidente do TSE

ROBERT LEAL/TJMS



“Aceitamos o desafio passado pelo presidente do TSE, ministro Luís Roberto Barroso, e estamos adotando todas as ações possíveis para barrar o contágio. Temos uma equipe muito coesa e competente, apta a realizar eleições seguras, eficientes e confiáveis. Por isso, espero que o eleitor se imbua da consciência de que precisa estar presente para que esta eleição tenha a maior quantidade possível de cidadãos votando”

Alexandre Victor de Carvalho,
presidente do
TRE-MG

mou o presidente da Corte mineira, Alexandre Victor de Carvalho.

Como forma de esclarecer aos cidadãos mineiros as principais regras aplicáveis às eleições, o TRE-MG deu início, no mês de julho, a uma série de debates virtuais que integram o projeto Antes do Voto. Ao todo, serão seis lives e um debate gravado em vídeo transmitidos no canal do TRE-MG no YouTube. Entre os temas abordados, estão “Desinformação e eleições”, “Pré-campanha: arrecadação e gastos”, “Pré-campanha: candidaturas femininas” e “Participação das pessoas com deficiência na política e acessibilidade eleitoral”. Todos os debates do projeto Antes do Voto são organizados em parceria com a Associação Mineira de Municípios [AMM].

DESINFORMAÇÃO

O Tribunal Superior Eleitoral estreará uma nova campanha de combate à desinformação voltada ao processo eleitoral deste ano com a mensagem “Se for fake news, não transmita”. O TSE contará com a divulgação do biólogo Atila Iamarino, youtuber e divulgador científico que tem atuado contra notícias falsas durante a pandemia do novo coronavírus.

O objetivo é abordar a disseminação de notícias falsas na sociedade, com ênfase no impacto negativo desse fenômeno nos processos democrático e eleitoral brasileiros, bem como na vida dos cidadãos. Este ano, o trabalho de combate à desinformação deve ser ainda mais intenso, uma vez que as campanhas eleitorais tendem a se concentrar na internet por conta

TÂNIA RÉGO/AGÊNCIA BRASIL



Medidas de higienização deverão ser adotadas nos locais de votação

das medidas de isolamento social impostas pela pandemia.

Para o ministro Luís Roberto Barroso, “as mídias sociais, as plataformas de internet, os veículos de imprensa e a própria sociedade são os principais atores no enfrentamento da desinformação”. Segundo ele, a Justiça Eleitoral tem um papel importante, porém residual, no enfrentamento das fake news, pois o Judiciário não tem intenção de se tornar censor da liberdade de expressão das pessoas.

O Tribunal Eleitoral mineiro também vem adotando uma série de medidas para combater a desinformação durante a campanha eleitoral e evitar que as fake news influenciem as ações e decisões do eleitorado. No TRE-MG, a partir do evento Avaliação das Eleições 2018, foi criado um comitê de resgate da credibilidade da Justiça Eleitoral. Todas as ações e projetos da Escola Judiciária Eleitoral [Ejemg] passaram a priorizar o tema desinformação.

De acordo com a Corte Eleitoral mineira, o Tribunal também vai constituir um Núcleo de Enfrentamento à Desinformação, que terá a responsabilidade de monitorar a divulgação de conteúdos no ambiente digital e elaborar respostas para eventuais ataques à credibilidade da Justiça Eleitoral e do sistema eletrônico de votação. Já foi desenvolvido um protocolo de reação a crises que estabelece o fluxo de ações e agilizará a resposta do Tribunal quando ela for necessária. E ainda estão sendo estudadas parcerias com outros órgãos para apuração de episódios de desinformação e identificação dos responsáveis. ●

Integramagis foi pioneiro em ações preventivas de saúde

Programa também promove a integração da classe

TIAGO PARRELA - 17/5/2019



Dança de Salão foi uma das atrações do Integramagis do Dia das Mães

Com o objetivo de evitar doenças, a Amagis e Amagis Saúde realizavam, em 2 de agosto de 2002, a primeira edição do Integramagis, programa de incentivo à prevenção da saúde e congratamento da Magistratura mineira, confirmando o pioneirismo da Associação na política preventiva à saúde, que só nos últimos anos passou a receber atenção das operadoras dos planos de Saúde em geral.

O Integramagis foi idealizado pelo juiz aposentado José Pedro Mendes do Valle, entre os anos de 2001 e 2002, na gestão do presidente Doorgal Andrada, que tinha como vice-presidente de Saúde, o juiz Tiago Pinto, hoje desembargador e 2º vice-presidente do TJMG e superintendente da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes [Ejef].

De acordo com Mendes do Valle, a proposta surgiu a partir da constatação que o juiz vivia isolado, cercado de processos e que era preciso aproximá-lo de sua própria classe. “Queríamos acabar com isso e nos unir, os magistrados, ativos e inativos, e seus familiares. É na unidade que podemos

crescer. Peço a Deus que o Integramagis continue crescendo, florescendo e gerando frutos e que possamos estar sempre juntos”, afirmou.

Nesses 18 anos, em meio a palestras sobre a saúde e atrações culturais, o Integramagis conquistou adeptos assíduos como o desembargador Guilherme Luciano Baeta, que, ao longo dos anos, tem animado os encontros com suas apresentações musicais, e transformou-se também em um espaço de solidariedade. É comum que, nos eventos relacionados ao Integramagis, a diretoria da Associação promova ações de apoio ao Núcleo de Trabalho e Integração Social [Nutris], que atende crianças de famílias carentes no Bairro Mariano de Abreu, região leste de Belo Horizonte.

PREVENÇÃO À SAÚDE

Com a consolidação do Integramagis e a compreensão de que era preciso aprimorar suas ações preventivas, a diretoria da Associação criou, em agosto de 2011, na gestão do desembargador Bruno Terra Dias,

em que o vice-presidente de Saúde era o juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, o programa Amor à Vida.

O programa disponibiliza aos associados uma equipe multidisciplinar, formada por um cardiologista, endocrinologista, geriatra, nutricionista, fisioterapeuta e psiquiatra. Com isso, é possível ter uma visão ampla do quadro clínico dos pacientes, podendo assim indicar os cuidados mais adequados para cada um.

Outro passo importante para a prevenção à saúde foi o lançamento, em 2017, na gestão do desembargador Maurício Soares, cuja vice-presidente de Saúde era a juíza Luzia Peixoto, do programa de Check-up. Com essa iniciativa, os usuários da Amagis Saúde podem realizar, no mês do seu aniversário e de maneira gratuita, uma bateria completa de exames médicos a fim de prevenir eventuais males futuros. É com essa trajetória, iniciada com a criação do Integramagis, a ampliação das ações preventivas, como os programas o Amor à Vida e o Check-up, que Amagis Saúde tem hoje a aprovação de 98,9% de seus usuários.●

75 anos
EM DEFESA DA
MAGISTRATURA



Desembargador Doorgal Andrada, ex-presidente da Amagis (2002-2003)

“A comemoração de 65 anos da Amagis orgulha muito a toda a Magistratura de Minas. Desde os tempos que a presidi, chegando aos dias de hoje, ela vem se fortalecendo e se consolidando na sua atuação permanente em defesa dos magistrados, de modo firme e profissional. Também de grande importância, segue ao seu lado o conjunto do nosso Plano de Saúde. Sem dúvidas, temos a alegria de saber que a Amagis é diferenciada e um exemplo para as associações de outros estados.”



Dez juízes são convocados para atuar na 2ª Instância

Magistrados substituem presidente e vices do Tribunal

Dez juízes entraram em exercício, no dia 3 de julho, para atuar como desembargadores do TJMG, convocados para substituir, em suas respectivas Câmaras, o presidente e vice-presidentes do Tribunal, no biênio 2020/2022, além de magistrados aposentados e falecidos.

O ato foi conduzido pelo presidente do TJMG, desembargador Gilson Soares Lemes, que, ao saudar os magistrados, pediu união para o enfrentamento da crise social e econômica, consequência da pandemia do coronavírus [Covid-19]. “A gente passa por um momento muito difícil. Além da tristeza de ver muitos amigos e familiares com essa doença, observamos também uma recessão grande na economia. A presença dos magistrados, neste momento, neste Tribunal, é muito importante”, disse o presidente Gilson Lemes.

Entraram em exercício na 2ª Ins-

CECÍLIA PEDERZOLI/TJMG



Posse dos magistrados foi realizada na presidência do TJMG

tância, os juízes Fábio Torres de Sousa [8ª Câmara Cível]; Habib Felipe Jabour [12ª Câmara Cível]; Marco Aurélio Ferrara Marcolino [15ª Câmara Cível]; Maria das Graças Rocha Santos [13ª Câmara Cível]; José Luiz de Moura Faleiros [7ª Câmara Criminal];

Fabiano Rubinger de Queiroz [11ª Câmara Cível]; Marcos Flávio Lucas Padula [5ª Câmara Criminal]; Marcelo Pereira da Silva [10ª Câmara Cível]; Fausto Bawden de Castro Silva [9ª Câmara Cível], e José Eustáquio Lucas Pereira [17ª Câmara Cível].●

Magistrados recebem homenagens

Desembargadores foram agraciados por Mariana e Itajubá

Os desembargadores André Leite Praça e Octavio Augusto De Nigris Boccalini foram homenageados, respectivamente, com a Medalha de Mariana, em 10 de julho, e a Moção de Congratulação da Câmara Municipal de Itajubá, entregue no dia 17 de julho.

O desembargador Leite Praça recebeu a medalha em seu gabinete na sede do TJMG das mãos do prefeito de Mariana, Duarte Eustáquio Gonçalves Júnior. Tradicionalmente, a honraria é entregue no dia 16 de julho, quando a capital de Minas é transferida para a histórica Mariana. Neste ano, em razão da pandemia do Covid-19, a solenidade presencial não foi realizada para impedir aglomeração.

A moção de congratulação foi pro-

FOTOS: TJMG



André Leite Praça



Octavio Augusto De Nigris Boccalini

posta pelo vereador Cleber David e aprovada pela Câmara Municipal de Itajubá, em 22 de junho, por ocasião da eleição do desembargador Octavio Boccalini para o cargo de juiz membro

substituto do TRE-MG, na classe desembargador. O magistrado atuou na Comarca de Itajubá de 1997 a 2002.●

**Com informações do TJMG*

Tribunal Eleitoral e Bombeiros homenageiam Nelson Missias

Magistrado recebeu reconhecimento por suas contribuições

TRE-MG



Alexandre Carvalho, Heloisa Moraes e Nelson Missias em solenidade no TRE-MG

Em um só dia, 30 de junho, o desembargador Nelson Missias de Moraes foi homenageado pelo TRE-MG e pelo Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais (CBBMMG), respectivamente, por seus serviços ao Judiciário Mineiro no período em que presidiu o TJMG (2018/2020) e por suas contribuições à corporação.

Na sessão solene por videoconferência, o presidente do TRE-MG ressaltou a capacidade de trabalho do homenageado e sua busca incessante por melhorias

dos serviços jurisdicionais. Carvalho disse ainda que um dos eixos da gestão do desembargador Nelson Missias no TJMG foi “ouvir, legitimar e concretizar”, fazendo com que ele seja “o mais exitoso gestor da história do Tribunal de Justiça”.

Por parte dos Bombeiros, em encontro com o comandante do CBBMMG, coronel Edgard Estevo da Silva, o desembargador Nelson Missias foi agraciado com a Comenda Bombeiro Honorário, por suas contribuições para o atri-

moramento dos trabalhos da corporação. A comenda é entregue em 2 de julho, quando é comemorado o Dia Nacional do Bombeiro. A homenagem foi antecipada tendo em vista o término do mandato no dia 1º de julho.

O presidente Nelson Missias agradeceu a honraria e se disse sensibilizado “pelo alto valor que os bombeiros têm para a sociedade e pelo seu comprometimento com a defesa da vida, que coloca a instituição acima de todas as demais”.●

75 anos
EM DEFESA DA
MAGISTRATURA



Desembargador Carlos Levenhagen, ex-presidente da Amagis (2004-2006)

“Os 65 anos da Amagis celebram os princípios de congregação e, sobretudo, preservação da independência da Magistratura mineira que nortearam a criação da Associação. Sinto-me honrado por ter participado dessa história de lutas e conquistas. Tenho certeza de que a Amagis permanecerá, por muitos e muitos anos, ao lado dos magistrados mineiros e de seus familiares. Parabéns a todos que contribuíram para escrever essa bela página do Poder Judiciário mineiro.”



CONVÊNIOS

● **Banzai Veículos e Peças**

Venda de veículos novos com faturamento direto da fábrica, de acordo com tabela divulgada pela montadora.

Telefones: [31] 3878-8888 (Barro Preto), [31] 3401-4100 (Pampulha)

Endereços: Av. do Contorno 10.331, Barro Preto, BH; Av. Pres. Antônio Carlos, 7.635, São Luiz/

Pampulha, BH

Site: banzaihonda.com.br

● **Cia. do Pneu**

Descontos de 20% nos os serviços de mão de obra e higienização do ar condicionado, de 25% no alinhamento e balanceamento e de 8% na compra dos pneus Michelin/BFGoodrich
Telefones: [31] 3335-0612 / 3296-4566

Endereço: Av. Bias Fortes, 955, Lourdes, BH

Site: ciadopneumichelin.com.br

● **Mudanças Líder**

Desconto de 10% no pagamento a vista.

Telefones: [31] 3422-2906 / 3422-2975

Endereço: Rua Rocha Lagoa, 92, Cachoeirinha, BH
Site: mudancaslider.com.br

Corte Eleitoral do TRE-MG recebe novo integrante

Luiz Carlos Rezende e Santos tomou posse no Tribunal Eleitoral

O juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, vice-presidente Administrativo da Amagis, tomou posse, no dia 27 de julho, como membro titular da Corte, na classe de juiz de Direito. O magistrado passou a ocupar a vaga do juiz Nicolau Lupianhes, cujo biênio se encerrou no dia 23 de julho.

Ao saudar o novo integrante da Corte Eleitoral, o presidente do TRE-MG, desembargador Alexandre Victor de Carvalho, ressaltou que, com sua experiência, o magistrado agregará valor ao colegiado. “Estamos às vésperas da eleição mais desafiadora que a Justiça Eleitoral já testemunhou, sobretudo, pelo delicado cenário da pandemia do novo coronavírus. Contamos, assim, com a seriedade e comprometimento de sempre para sairmos vitoriosos”, comentou.

Em seu pronunciamento, Rezende e Santos disse que aquele era um momento de gratidão para com a família, amigos, servidores e magistrados, especialmente seu pai, o juiz aposenta-

HUGO CORDEIRO/TRE-MG



Juiz Luiz Carlos toma posse em sessão de julgamentos da Corte Eleitoral

do Fernando Humberto dos Santos. “O melhor juiz que eu conheci, e que eu não vou conseguir ser. Faço o compromisso de sempre lembrar e honrar o amor dele pela Justiça Eleitoral”, disse Rezende e Santos em referência ao seu pai.

O juiz Fernando Humberto, que in-

tegrou o TRE-MG, ressaltou sua satisfação pela receptividade com a qual os membros da Corte Eleitoral acolheram Rezende e Santos. O presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, destacou que o novo integrante muito contribuirá com o TRE-MG.●



Uma série completa de exames para os usuários da Amagis Saúde.

Tudo fácil, rápido e gratuito no mês de seu aniversário.

Saiba mais em:
www.amagissaude.com.br



A PANDEMIA E A POPULAÇÃO CARCERÁRIA EM MINAS GERAIS

Covid-19 trouxe o desafio de impedir a contaminação dos presos, expostos à situação de vulnerabilidade

LUIZ CARLOS REZENDE E SANTOS*

A população prisional de Minas Gerais é a segunda maior do país, e possui números de pessoas recolhidas equiparados a países como a Argentina e Itália.

Chegada a Pandemia do Covid-19 vieram os desafios de não se permitir a contaminação dos presos, os quais estão expostos à situação de vulnerabilidade em face do encarceramento.

Muitas dúvidas em nosso Estado: 1. O que fazer diante de 85 estabelecimentos interditados? 2. Como impedir que novos presos não levem a doença para as prisões? 3. O que fazer com as demais pessoas que frequentam os presídios como funcionários, terceirizados, visitantes, advogados face ao risco de contaminação ao ambiente carcerário? 4. E os presos em cumprimento de penas em re-

de março de 2020, a população prisional era de 72.267 e, em 25 de maio, já estava reduzida a 59.565 pessoas. A redução rápida permitiu a destinação exclusiva de 30 (trinta) presídios para servir como “portas de entrada” dos novos presos. Assim a pessoa que fosse mantida em privação de liberdade não se encontraria no primeiro momento com aqueles que estão em unidades sem o contato externo.

Atualmente, o número de presos encontra-se estável, sendo que, na data de 21 de julho, eram 58.671 nas carceragens mineiras. Da redução, em virtude exclusivamente da pandemia, até a data referida, 10.409 pessoas deixaram as prisões mineiras, o que representa um terço das solturas ocorridas no Brasil devido a Covid-19. Destes 581, foram

de maio, e com a aceleração do contágio chegamos ao centésimo só em 10 de junho, mantendo-se achatada a curva por praticamente 90 dias. Somente agora, em 22 de julho chegamos a 993 pessoas contaminadas no sistema prisional das quais 658 trataram-se no presídio e já receberam alta, 263 estão ainda em cuidados, 65 foram beneficiadas com prisão domiciliar e 7 vieram a óbito. Cinco deles confirmados com Covid-19, e dois ainda em investigação.

Porém, o reflexo do isolamento social de mais de 120 (cento e vinte) dias traz outros prejuízos à política de recuperação do preso. A ausência de atos socializadores, educacionais, laborais e a convivência de modo geral, inclusive com a família, fomentaram transtornos jamais vistos. Estes reflexos ainda não foram mensurados, mas deverão ensejar cuidados e estudos específicos, para evitar maiores danos ao privado de liberdade.

Além de tudo, novos e imprevisíveis desafios voltarão ao encontro dos juízes: - o que fazer com os presos em regime aberto e semiaberto que estão em prisão domiciliar e honraram com seus

“SÃO ENORMES AS BARREIRAS E DIFICULDADES QUE ESTÃO POR VIR, MAS EM PRIMEIRO PLANO CUIDOU-SE DA POLÍTICA SANITÁRIA, AGORA, DEVE-SE PRIVILEGIAR A SAÚDE FÍSICA E MENTAL DA PESSOA PRESA, E POR FIM, RETORNAR À POLÍTICA CRIMINAL DE PUNIR E RECUPERAR”

gimes mais brandos e que possuem autorização para saídas diárias ou temporárias, como evitar o leva e traz da peste?

Estes foram alguns dos desafios que o sistema de Justiça teve que enfrentar desde o início da pandemia. O Estado, acertadamente, suspendeu visitas, oficinas e aulas nos presídios, e juntamente com o Tribunal de Justiça editou ato para buscar a redução da população prisional. Foram recomendadas - a concessão de prisão domiciliar aos presos que cumpriam pena em regimes aberto e semiaberto; - a domiciliar aos presos que possuem comorbidades que os deixem mais expostos à violência da doença; e a reavaliação das prisões cautelares.

Sensíveis ao inédito drama, os juízes mineiros iniciaram o processo de redução da população prisional como recomendado. Observe-se que, em 16

novamente presos, acusados de práticas de novos crimes, ou descumprimento das condições da liberdade.

Registre-se que a movimentação carcerária de nosso Estado é enorme, e desde 16 de março, além daqueles beneficiados em razão da pandemia, outras 30.668 pessoas (até 21 de julho) foram colocadas em liberdade por motivos ordinários (progressão de regime, livramento condicional, término de pena, liberdade provisória, etc...), dos quais 1.987 reentraram no mesmo período, acusados, em regra, de cometimento de novos crimes. Anote-se que segundo dados do observatório da SEJUSP, no período, manteve-se estável a média dos crimes ocorridos no ano anterior.

Do ponto de vista sanitário, podemos afirmar que o esforço foi recompensado. Afinal o primeiro caso de contaminação ocorreu em 30 de abril, o décimo em 29

compromissos? - como trazer de volta os presos para as carceragens quando estas se encontram ocupadas por outros? - o retorno das visitas como será? - como retornar o trabalho das oficinas nas prisões, quais as medidas de segurança? - como permitir os trabalhos socializadores, educacionais, religiosos, autoajuda, voluntários em geral?

São enormes as barreiras e dificuldades que estão por vir, mas em primeiro plano cuidou-se da política sanitária, agora, deve-se privilegiar a saúde física e mental da pessoa presa, e por fim, retornar à política criminal de punir e recuperar. Enormes lutas! O que conforta é que temos juízes, como demonstrado, e assim não perdemos a esperança!●

[*] Juiz de Direito da Vara de Execuções Penais de Belo Horizonte e Vice-Presidente Administrativo da Amagis

DE COMARCA EM COMARCA

- Gustavo Vargas de Mendonça foi promovido, por antiguidade, da Unidade Jurisdicional Unica da Comarca de Leopoldina para a 3ª Vara Criminal e da Infância e da Juventude da Comarca de Conselheiro Lafaiete
- Erica Climene Xavier Duarte foi removida, por merecimento, do cargo de juíza de Direito Auxiliar Especial da Comarca de Coronel Fabriciano para o 1º cargo de juíza de Direito Auxiliar Especial da Comarca de Ipatinga
- Emerson Chaves Motta foi removido, por antiguidade, da 2ª Vara Cível da Comarca de Teófilo Otoni para a 2ª Vara Criminal da mesma comarca
- Bárbara Livio foi promovida, por antiguidade, da 2ª Vara Cível, Criminal e da Infância e da Juventude da Comarca de Januária para a 2ª Vara Cível da Comarca de Teófilo Otoni
- Natalia Discacciati Rezende foi removida, por merecimento, da Vara Criminal e da Infância e da Juventude da Comarca de Coronel Fabriciano para a 2ª Vara Cível da mesma comarca
- Paulo Sérgio Vidal foi promovido, por merecimento, da 1ª Vara Cível da Comarca de Ponte Nova para a Vara Criminal e da Infância e da Juventude da Comarca de Coronel Fabriciano
- Ivan Pacheco de Castro foi promovido, por antiguidade, da 2ª Vara Criminal e da Infância e da Juventude da Comarca de Itaúna para a 1ª Vara Criminal da Comarca de Divinópolis
- Luiz Augusto de Souza Melo foi removido, por merecimento, da Vara da Infância e da Juventude da Comarca de Uberaba para o 1º cargo de juiz de Direito da 1ª Unidade Jurisdicional do Juizado Especial da Comarca de Juiz de Fora
- João Batista Mendes Filho foi promovido, por antiguidade, da 2ª Vara Cível e de Cartas Precatórias Cíveis da Comarca de Guaxupé para o 35º cargo de juiz de Direito Auxiliar da Comarca de Belo Horizonte
- Andréa Barcelos Ferreira Camargos foi removida, por merecimento, da 2ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Divinópolis para a 2ª Vara Cível da mesma comarca
- Regina Célia Silva Neves foi promovida, por merecimento, do cargo de juíza de Direito da Unidade Jurisdicional do Juizado Especial da Comarca de Itaúna para a 2ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Divinópolis
- Célio Marcelino da Silva foi promovido, por antiguidade, da 1ª Vara Criminal, da Infância e da Juventude e de Execuções Fiscais da Comarca de Lavras para a o 2º cargo de juiz de Direito da Unidade Jurisdicional do Juizado Especial da Comarca de Governador Valadares
- Fábio Gameiro Vivancos foi removido, por merecimento, da 2ª Vara Criminal e de Execuções Penais da Comarca de Vespasiano para a 1ª Vara Criminal, da Infância e da Juventude e de Cartas Precatórias Criminais da Comarca de Ibitaré
- Marcos Antônio Hipólito Rodrigues foi promovido, por antiguidade, da 2ª Vara Cível da Comarca de São Sebastião do Paraíso para o cargo de juiz de Direito Auxiliar Especial da Comarca de São João del-Rei
- Vinícius Pereira de Paula que respondia como 28º juiz de Direito Substituto na Comarca de Rio Casca foi promovido, por antiguidade, para 1ª Vara Cível, Criminal e da Infância e da Juventude da Comarca de Abre-Campo

Inscreeva-se na lista de
WhatsApp ou **Telegram**
da Amagis para receber
informações exclusivas

Para se cadastrar, é necessário que o associado adicione aos contatos do seu celular o nº do WhatsApp da Amagis: **(31) 99881-4367** e envie uma mensagem solicitando a inclusão na lista.



DE COMARCA EM COMARCA

- Cássio Macedo Silva foi removido, por merecimento, da 2ª Vara Criminal e de Execuções Penais da Comarca de Araguari para a 3ª Vara Cível da mesma comarca
- Alessandra Leão Medeiros Parente foi removida, por merecimento, da 1ª Vara Cível da Comarca de Ituiutaba para a 2ª Vara Criminal e de Execuções Penais da Comarca de Araguari
- Rafaella Amaral de Oliveira que respondia como 99ª juíza de Direito Substituta na Comarca pela 3ª Vara Criminal e da Infância e da Juventude da Comarca de Conselheiro Lafaiete foi promovida, por antiguidade, para 2ª Vara Cível, Criminal, de Execuções Penais e do Juizado Especial Criminal da Comarca de Manhumirim
- Walney Alves Diniz foi removido, por merecimento, da 1ª Vara Cível da Comarca de Patrocínio para a 2ª Vara Cível da mesma comarca
- Marcos Bartolomeu de Oliveira que respondia como 50º juiz de Direito Substituto na Comarca Coromandel foi promovido, por merecimento, para a 1ª Vara Cível da Comarca de Patrocínio
- Ana Luíza Pinto de Castro Silva que respondia como 5ª juíza de Direito Substituta na Comarca de Pompéu foi promovida, por antiguidade, para a 1ª Vara Cível, Criminal e da Infância e da Juventude da Comarca Piumhi
- Roger Galino foi removido, por merecimento, 2ª Vara Cível, Criminal e da Infância e da Juventude da Comarca de Almenara para a 1ª Vara Cível, Criminal e de Execuções Penais da mesma comarca
- Luís Eduardo Araújo Santos, que respondia como 98º juiz de Direito Substituto na Comarca de Jequitinhonha, foi promovido, por merecimento para a 2ª Vara Cível, Criminal e da Infância e da Juventude da Comarca de Almenara
- Carlos Pereira Gomes Junior, que respondia como 23º juiz de Direito Substituto na Comarca de Carmópolis de Minas e Itaguara, foi promovido, por antiguidade, para a 1ª Vara Cível, Criminal e da Infância e da Juventude da Comarca de Brumadinho
- Adilson da Silva da Conceição foi removido, por merecimento, do cargo de juiz de Direito da Unidade Jurisdicional do Juizado Especial da Comarca de João Monlevade para o cargo de juiz de Direito da Unidade Jurisdicional do Juizado Especial da Comarca de Ituiutaba
- Daniel Henrique Souto Costa, que respondia como 110º juiz de Direito Substituto na Comarca de São João da Ponte, foi promovido, por antiguidade, para a 1ª Vara Cível, Criminal e de Execuções Penais da Comarca de Januária
- Leonardo Guimarães Moreira foi removido, por merecimento, da Vara Criminal e da Infância e da Juventude da Comarca de Campo Belo para o cargo de juiz de Direito da Unidade Jurisdicional do Juizado Especial da Comarca de Pedro Leopoldo
- Sandra Sallete da Silva foi removida, por antiguidade, da Vara Criminal, de Execuções Penais e da Infância e da Juventude da Comarca de Lagoa Santa para a 1ª Vara Cível da mesma comarca
- Fabiana Gonçalves da Silva Ferreira de Melo, que respondia como 29ª juíza de Direito Substituta na Comarca de Paraopeba, foi promovida, por antiguidade, para a 1ª Vara Cível da Comarca de Lagoa Santa

SIGA A AMAGIS NA REDE...



Coronavírus

Consulta on-line

Agendamentos já estão disponíveis.

Saiba mais no site:
amagissaude.com.br

AMAGIS ASSOCIAÇÃO DE MAGISTRADOS MINEIROS

AMAGIS Saúde

AMG-7411/5



ARQUIVO NACIONAL

BAÚ DE ACORDES

Centenário de Elizeth Cardoso

Tiago Parrela - A cantora Elizete Cardoso ganhou diversos adjetivos ao longo de sua carreira como cantora e intérprete. Entre eles, "A Divina", "Enluarada", "Magnífica" e "A Mulata Maior", como era chamada pelo maestro Villa-Lobos. "A grande Elizeth não comporta adjetivos. É Brasil no corpo, na ginga, no riso, nos maneirismos", dizia Vinícius de Moraes.

Em 16 de julho de 2020, celebrou-se o centenário de nascimento da cantora. E, com uma grata surpresa aos seus ouvintes e admiradores, 18 álbuns e mais sete compilações com gravações raras foram disponibilizados em plataformas de áudio, formando um catálogo

digital da cantora.

"Faxineira das canções" (um de seus sucessos), ela cantava de tudo e com todos e a cappella. Acompanhada pelo piano de Radamés Gnattali, o violão de Raphael Rabello, duetando com o bandolim de Jacob no esteio do Época de Ouro e na bossa moderna do Zimbo Trio, sua voz encantava a todos. Com sua versatilidade e técnica, cantou também as Bachianas de Villa-Lobos, e, segundo o pesquisador Sérgio Cabral, houve quem não aprovasse por puro preconceito.

Elizeth era uma cantora presentemente popular, ligada às manifestações da música brasileira, mas que se

tornaria universal. O jornal parisiense "France Soir", comparando-a à cantora Edith Piaf, registrou: "Elizeth está para a música brasileira assim com Edith Piaf está para a música francesa. Por isso, ambas são duas artistas universais".

Muitos buscaram classificar e definir Elizeth, com toda presença que a cantora tinha, e potência vocal e de interpretação. O grande maestro e músico Pixinguinha assim a viu: "Com todo o respeito que tenho por todos os intérpretes brasileiros, não posso deixar de dizer que a música, na voz de Elizeth Cardoso, adquire algo de especial que, por vezes, o autor não lembrou de imprimir". ●

AGENDA CULTURAL

FAROESTES CLÁSSICOS

● ERA UMA VEZ NO OESTE

Em virtude das terras que possuía estarem na rota de uma futura estrada de ferro, um pai e os filhos são assassinados. No entanto, ninguém sabia que o viúvo havia se casado com outra mulher de Nova Orleans, que passa ser a dona do local e recebe a proteção de um atirador, que tem contas a ajustar com o matador profissional.

Elenco: Henry Fonda, Charles Bronson, Claudia Cardinale, Woody Strode, Jason Robards
Direção: Sérgio Leone
Música: Ennio Morricone
Classificação: 14 anos
Duração: 2h46
Plataforma: Netflix / Now [canal 1]

● POR UM PUNHADO DE DÓLARES

Um pistoleiro vai a uma cidade no México. O lugar está em guerra, dividido entre duas facções poderosas e ambas querem o apoio do pistoleiro. Para ganhar dinheiro, ele aceita as duas propostas e passa a trabalhar para as gangues rivais.

Elenco: Clint Eastwood, Marianne

Koch, Margarita Lozano

Direção: Sérgio Leone

Música: Ennio Morricone

Classificação: 14 anos

Duração: 1h39

Plataforma: Now [canal 1]

● OS BRUTOS TAMBÉM AMAM

O filho de humildes rancheiros passa a idolatrar o gentil e muito hábil pistoleiro Shane. Ele, um forasteiro na cidade, ajuda o grupo de pequenos colonos a defender suas terras de capangas a serviço de um barão do gado.

Elenco: Alan Ladd, Jean Arthur, Van Heflin

Direção: George Stevens

Classificação: Livre

Duração: 1h58

Plataforma: Netflix

● OS SETE MAGNÍFICOS [SETE HOMENS E UM DESTINO] *

Os habitantes de um pequeno vilarejo sofrem com os constantes ataques de um bando de pistoleiros. Revoltada com os saques, Emma Cullen deseja justiça e pede auxílio ao pistoleiro Sam Chisolm, que reúne um grupo especialistas para contra-atacar os bandidos.

Elenco: Denzel Washington, Chris Pratt, Ethan Hawke, Haley Bennett

Direção: Antoine Fuqua

Classificação: 14 anos

Duração: 2h12

Plataforma: Netflix

SÉRIES INFANTO-JUVENIS

● CRIANDO DION

Uma viúva está determinada a desvendar o mistério dos superpoderes do filho e evitar que os dons dele sejam descobertos.

Elenco: Alisha Wainwright, Ja'Siah Young, Jason Ritter
Criação: Carol Barbee
Classificação: 12 anos
Plataforma: Netflix

● ANNE

Neste filme baseado no livro "Anne de Green Gables", uma impetuosa órfã é adotada por engano por um casal de irmãos solteiros do interior.

Elenco: Amybeth McNulty, Geraldine James, R.H. Thomson
Criação: Moira Walley-Beckett
Classificação: 12 anos
Plataforma: Netflix

* Essa é a terceira versão do filme de mesmo nome

PENSAMENTO JURÍDICO

Apac feminina de BH

O êxito do modelo prisional alternativo das Apacs para homens está sendo adotado também para as mulheres no momento em que cresce a presença delas no sistema carcerário. Nosso convidado é o juiz Marcelo Augusto Lucas Pereira, da Vara de Execuções Penais de Belo Horizonte. Como o Covid-19 impactou a implementação e quais trabalhos estão sendo feitos durante o isolamento? [Foto]



Reforma da previdência

A reforma da Previdência está na Assembleia em fase de debates. Qual é a proposta de contribuição previdenciária para os magistrados ativos e aposentados? Nosso entrevistado é o advogado especialista em Direito Previdenciário, Nazário Nicolau Maia Gonçalves de Faria, que presta consultoria para a Amagis e parceiros no Fórum Mineiro das Carreiras Típicas de Estado - Fomcate.

Covid-19 na área criminal

Em mais uma edição a distância, recebemos no Pensamento Jurídico o desembargador do TJMG, Henrique Abi-Ackel Torres, um dos mais novos da história do Tribunal. Ele tem 39 anos e vai integrar a 8ª Câmara Criminal. As restrições, o isolamento social, perda de empregos, entre outros, podem trazer riscos negativos, aumentando a criminalidade?

Eleições na pandemia do Covid-19

As eleições municipais deste ano foram adiadas por conta da pandemia do novo Coronavírus. Para falar sobre o assunto, nós vamos conversar com o novo presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais, desembargador Alexandre Victor de Carvalho. Quais os obstáculos para a realização desse desafio em meio a uma crise sanitária? O que mais muda no calendário eleitoral?

[Assista ao Pensamento Jurídico no Canal da Amagis no YouTube e nas redes sociais e site da Associação](#)

VIA JUSTIÇA

Execução de alimentos

O Via Justiça debate a execução de alimentos na pandemia. A medida é polêmica entre especialistas. Nossas convidadas são a juíza Josselma Lopes da Silva Lages, da 1ª Vara de Família e Sucessões de Ipatinga, e a advogada Maria Flávia Máximo, vice-presidente do IBDFAM-MG e integrante do IAMG. A questão envolve a prisão civil por dívida alimentícia. [Foto]



Cejuscs em tempos de Covid-19

O TJMG implantou, recentemente, o atendimento por videoconferência no Cejuscs de Belo Horizonte. Qual é a importância dos centros em tempos de excepcionalidade como o da pandemia do Coronavírus? Participam do programa, o juiz Clayton Rosa de Resende, coordenador do Cejuscs de BH, e o advogado Fabrício Souza Duarte. Como os Cejuscs estão ajudando a driblar a crise? Confira!

Estelionato virtual

A partir do caso João Miguel, que teve repercussão nacional e chocou a cidade de Conselheiro Lafaiete, onde aconteceu o fato, o juiz José Aluísio Neves da Silva, da 1ª Vara Criminal do município, e a advogada Carla Silene, vice-presidente do Instituto de Ciências Penais, discutem o estelionato em suas diversas formas. O famoso artigo 171, do Código Penal. O que é o estelionato?

Fake News x Covid-19

No Brasil, a luta contra as fake News chegou às mais altas instâncias do Poder Judiciário: o Supremo Tribunal Federal validou o inquérito sobre as notícias falsas e o Projeto de Lei contra elas foi aprovado no Senado em 30 de junho. O projeto vai agora para a Câmara dos Deputados. Nossos convidados são o juiz Rodrigo Assumpção, da 4ª Vara Cível de Patos de Minas, e o advogado Paulo Studart.

TV ASSEMBLEIA Sexta-Feira, às 23h [Canais 11, 61.2 ou 35]

www.youtube.com/amagismg/videos

Amagis Saúde

98,9% de
aprovação

Pesquisa de satisfação realizada pelo Instituto Ibero Brasileiro de Relacionamento com o Cliente (IBRC) comprovou que 98,9% dos beneficiários aprovam o plano de saúde da Amagis, considerando-o bom ou muito bom.

**Trabalho e
dedicação em prol
dos associados e
suas famílias**



ANS - nº 41669-0

A pesquisa completa está disponível no site: www.amagissaude.com.br

Pandemia exige cuidado com idosos

Geriatra diz que isolamento não é abandono

Desde as primeiras informações relacionadas ao avanço do coronavírus (Covid-19) pelo mundo, a preocupação com os riscos da doença para a saúde de pessoas idosas, aquelas com idade igual ou superior a 60 anos, chamaram a atenção no noticiário.

Segundo a médica geriatra Simone Lima, credenciada à Amagis Saúde, essa preocupação justifica-se em razão de doenças como hipertensão, diabetes, asma, problemas renais e hematológicos, que geralmente acometem as pessoas idosas. A especialista apontou que os sintomas do coronavírus em pessoas idosas – febre, tosse, dificuldade respiratória, mialgia (dor no corpo significativa) – são os mesmos identificados em outras faixas etárias.

No entanto, Simone Lima observou que a dificuldade de respirar pode não ser notada como um problema quando o idoso tiver, por exemplo,

uma doença respiratória.

Para aquelas pessoas que contam com o apoio de um cuidador de idoso, que precisa deslocar-se diariamente, a geriatra destaca ser importante orientar o cuidador a fazer o uso de máscara durante o trajeto entre a casa e o trabalho, trocar a máscara utilizada na rua por outra que não tenha sido exposta e permanecer com a proteção no rosto durante o atendimento ao idoso.

Simone Lima afirmou que também é importante o cuidador lavar as mãos, trocar as roupas com as quais veio da rua e comunicar à família do paciente caso ele ou alguém em sua residência estiver com sintomas de gripe.

A geriatra alerta ainda que o isolamento não pode ser confundido com o abandono, pois idosos que estão acostumados a receber visitas, netos e filhos, podem sentir a ausência desse contato e sofrer psicologicamente. ●

DIVULGAÇÃO



Simone Lima, geriatra

DICAS AMAGIS SAÚDE

Autorização prévia de exames pode ser obrigatória

De acordo com as Diretrizes de Utilização da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), alguns exames de laboratórios precisam de autorização prévia obrigatória para serem realizados.

O pedido poderá ser feito pelos e-mails autorizacao@amagis.com.br ou pedido@amagis.com.br, e por meio do fax (31) 3223-3683. Saiba quais os principais exames cuja a autorização prévia pelo plano de saúde é obrigatória:

- ALK – Pesquisa de mutação
 - Análise molecular de DNA
 - Anticorpo anti peptídeo cíclico citrulinado - IGG [anti-CCP]
 - Aquaporina 4 [AqP4] – pesquisa e/ou dosagem
 - Avidéz de IGG para toxoplasmose
 - Citomegalovírus - Qualitativo por PCR
 - Covid-19
 - Fator V Leiden, Análise de Mutação
- Galactose-1-Fosfato Uridiltransferase
 - Hepatite B - Teste Quantitativo
 - Hepatite C - Genotipagem
 - HER-2 - Dosagem do receptor
 - HLA B27, Fenotipagem
 - K-RAS
 - N-RAS
 - PCR em tempo real para Influenza A e B
 - PCR em tempo Real para vírus Sincicial Respiratório
- Pesquisa Rápida para Influenza A e B
 - Pesquisa Rápida para vírus Sincicial Respiratório
 - Procalcitonina, Dosagem
 - Protrombina, Pesquisa de Mutação
 - SARS-COV-2 [Coronavírus COVID-19] – Pesquisa por RT-PCR
 - Toxoplasmose – Pesquisa em Líquido Amniótico por PCR
 - Vírus Zika – IGG, IGM e PCR

Usuários aprovam uso da teleconsulta do plano

Atendimento é feito em parceria com o Hospital Vila da Serra

Sem a necessidade de sair de casa, preservando a recomendação de isolamento social, a juíza Narlla Carolina Moura Braga Coutinho, da Comarca de São Domingos do Prata (Região Leste), a cerca de 143 quilômetros de Belo Horizonte, consultou-se com a dermatologista Jéssica Lorentz Rodrigues Dupin Leão, que atende pelo serviço de telemedicina da Amagis Saúde em parceria com o Hospital Vila da Serra, na capital mineira.

Segundo Narlla Coutinho, apesar de dificuldades iniciais na conexão de *wifi* da dermatologista, a consulta transcorreu muito bem. Na opinião da magistrada, o fato de o atendimento ter sido por meio remoto não impediu que a avaliação médica fosse feita, inclusive com envio de imagens para o celular da especialista a fim de que o parecer fosse mais preciso.

“Quero parabenizar a Amagis Saúde pela inicia-

tiva, por ter disponibilizado o serviço, pois facilitou o acesso ao atendimento”, disse Narlla Coutinho, que recebeu a receita médica por e-mail e já deu início ao tratamento dermatológico.

A artesã Cláudia Roberta Fernandes Siqueira Naves, esposa do juiz Túlio Márcio Lemos Mota Naves, da Comarca de Pouso Alegre (Sul de Minas), enfrentou dificuldades para que o atendimento fosse iniciado, mas também aprovou o serviço de telemedicina.

Cláudia Naves consultou-se com a médica ginecologista Erika Milhomem da Silva Mota, que esclareceu todas as dúvidas da paciente e não considerou que seria necessário um atendimento presencial. “A médica foi muito simpática e cordial. O atendimento foi ótimo, não tenho do que reclamar, pois foi tudo dentro do esperado”, comentou.

Preocupada com os sintomas de uma gripe, a advogada Helenice Gramiscelli Figuei-

ANDREY POPOV



redo, esposa do juiz Cláudio Manuel Barreto de Figueiredo, consultou-se com o médico ginecologista João Tadeu Leite dos Reis (os especialistas do serviço estão aptos a atender a casos suspeitos de Covid-19), tranquilizando Helenice Figueiredo a respeito de uma possível contaminação pelo coronavírus, descartada com o resultado do exame.

Até então, a advogada não conhecia o médico, que passou a recomendar pela

tranquilidade, por ser cuidadoso e metucioso, fazer perguntas bem objetivas e passar as informações para as pessoas de maneira esclarecedora. “No momento que estamos vivendo, indico a todos fazerem a consulta online, pois os médicos são ótimos”, disse Helenice Figueiredo.

As consultas na telemedicina do plano devem ser agendadas previamente, no site amagissaude.com.br. ●

